

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.167 - RS (2019/0024041-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -  
DF011694  
DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184  
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911  
WILIAN BENIN - RS107196  
**AGRAVADO** : EWERTON CÉSAR RICH DIAS  
**ADVOGADO** : DAISSON FLACH - RS036768

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NÃO INCIDÊNCIA DO ÓBICE SUMULAR 07/STJ. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. QUESTÃO PACIFICADA PELA CORTE ESPECIAL DESTE STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF A contra decisão da Terceira Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que deixou de admitir o recurso especial aos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 628/639): (a) "**No tocante ao alegado cerceamento de defesa**, o acolhimento do recurso dependerias necessariamente, da constatação da utilidade da prova pretendida pelo insurgente, cuja produção a decisão hostilizada considerou prescindível à solução do litígio", assim "a análise da pretensão recursal sobre necessidade de realização da prova pretendida demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ"; (b) No que diz respeito ao mérito, o Colegiado local reconheceu a possibilidade de alteração no

**benefício de aposentadoria complementar pleiteado** com base nas premissas fático-probatórias da causa, destarte a análise da pretensão recursal sobre a ausência de prévio custeio e a impossibilidade de revisão do benefício de previdência complementar demandaria a alteração dessas premissas com o revolvimento das provas carreadas dos autos, "o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ"; (c) "Por fim, observa-se que **as demais alegações delineadas nas razões do recurso especial** não foram debatidas pela Câmara Julgadora, nem foram opostos embargos de declaração com o objetivo de sanar eventual omissão. Ausente o prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcional, aplicam-se as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal".

Em suas razões, a Fundação agravante sustenta que os embargos de declaração opostos tiveram fins prequestionadores, devendo-se aplicar a norma prevista no art. 1.025 do CPC/2015.

Defende a ocorrência de cerceamento de defesa haja vista a ausência de produção da prova pericial atuarial.

Indica violação aos artigos 21 e 32 da Lei Complementar n.º 109/2001; bem como 3.º e 6.º da Lei Complementar n.º 108/2001, dizendo que a fonte de custeio é fundamental, destacando, no ponto, que "a FUNCEF não requer a reapreciação de fatos ou provas, mas sim o provimento do recurso especial para a reforma da decisão condenatória a esta Fundação" (e-STJ fl. 659).

Contraminuta às e-STJ fls. 687/699.

A Presidência desta Casa determinou a distribuição do feito, a teor do art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (e-STJ fl. 3.257).

O recurso foi distribuído à minha relatoria (cf. e-STJ fl. 3.260).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece ser conhecida.

Inicialmente, cumpre ressaltar que, de acordo com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, a admissão do prequestionamento ficto, nos moldes do que dispõe o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, demanda que o recorrente oponha embargos declaratórios na origem e suscite, nas razões recursais, a violação do art. 1.022 do mesmo diploma legal, a fim de que esta Corte possa examinar a eventual existência de vício no acórdão recorrido e verificar a possibilidade de supressão da manifestação sobre o tema pelo Tribunal de origem. A propósito, confira-se o seguinte julgado:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.*

*[...]*

*03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.*

*04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.*

*[...]*

*06. Recurso especial não provido.*

**(REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017, grifei)**

Sob esse mesmo enfoque:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Ausente o enfrentamento da matéria pelo acórdão recorrido, inviável o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento (Súmula n. 211/STJ).*

*2. Prevalece no STJ o entendimento de que 'a admissão de*

*prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017).*

*3. "Na instância especial, o requisito do prequestionamento é indispensável mesmo em questões de ordem pública" (AgInt no AREsp 1434233/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019).*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1714924/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 16/09/2019)**

No caso sob apreciação, a recorrente deixou de indicar eventual ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 nas razões do recurso especial, razão pela qual a análise das matérias permanece inviabilizada, por ausência de prequestionamento.

No mais, tenho que a parte esquivou-se do ônus que lhe competia, qual seja, a impugnação clara e específica da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal *a quo*.

Com efeito, acerca da violação aos artigos 21 e 32 da LC 109/2001; bem como 3.º e 6.º da LC 108/2001, a recorrente sustentou a não incidência do óbice sumular n.º 07/STJ alegando que "a FUNCEF não requer a reapreciação de fatos ou provas, mas sim o provimento do recurso especial para a reforma da decisão condenatória a esta Fundação" (e-STJ fl. 659).

Contudo, a alegação mostra-se genérica.

No tocante à Súmula 07/STJ, esta Casa possui o entendimento de que cabe à parte "refutar o citado óbice mediante a exposição da tese jurídica desenvolvida no recurso especial e a demonstração da adoção dos fatos tais quais postos nas instâncias ordinárias" (**AgRg no AREsp 119.556/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 04/09/2012**). A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DO APELO RARO. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O agravo em recurso especial não se mostrou viável por ter sido apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art.*

*544, § 4º, I, do CPC, já que não foram impugnados os fundamentos da respectiva inadmissibilidade.*

*2. Para afastar o óbice pela incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve a parte agravante demonstrar que ocorreu a ofensa a lei federal e que sua verificação se dá sem o reexame fático-probatório dos autos, o que não foi feito.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AgRg no AREsp 698.772/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016, grifei).**

De outro lado, tenho que a Fundação deixou de rebater o óbice sumular n.º 07/STJ no tocante à tese de cerceamento de defesa.

Diga-se, pois, que a Corte Especial deste STJ pacificou o entendimento no sentido da necessidade de a parte recorrente, em agravo em recurso especial, impugnar especificamente todos os fundamentos de inadmissibilidade do recurso especial.

Isso porque, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige sua impugnação total. Vejamos:

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.*

*1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão*

*denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.*

*2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.*

*Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.*

*3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.*

*4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos.*

**(EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018, grifei).**

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o artigo 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ.

**"Art. 253. [...]**

**Parágrafo único.** *Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:*

**I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os**

*fundamentos da decisão recorrida".*

Nessa medida, a pretensão recursal não merece amparo.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Juízo de piso fixou a verba honorária em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da sentença (e-STJ fls. 435), em benefício do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 15% sobre as parcelas vencidas até a data da sentença é medida adequada ao caso.

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**